

FACULDADE DE DIREITO UNIVERSIDADE LISBOA

DIREITO ADMINISTRATIVO I

PROGRAMA 2024 / 2025

Turma B -Regência:

Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva

PARTE I – “PSICOPATOLOGIA DA VIDA QUOTIDIANA” DO DIREITO ADMINISTRATIVO

Capítulo 1 – A “infância difícil” e os modernos “traumas” do Direito Administrativo

- 1-Os principais traumas do Direito Administrativo
- 2- Estado Liberal e Administração Agressiva
- 3- Estado Social e Administração Prestadora
- 4- Estado Pós-Social e Administração Infra-Estrutural ou Reguladora
- 5- “Super-ego e Id”. Sistemas administrativos: dos conflitos do passado às múltiplas confluências dos nossos dias

Capítulo 2 – Problemas contemporâneos do Direito Administrativo

- 1-O Direito Administrativo Sem Fronteiras
 - 1.1- Do Direito Administrativo Nacional ao Direito Administrativo Sem Fronteiras
 - 1.2- As três vertentes do Direito Administrativo Sem Fronteiras
 - 1.3- O Direito Administrativo Comparado
 - 1.4- O Direito Administrativo Europeu
 - 1.5 - O Direito Administrativo Global
- 2- Novas funções e políticas públicas da atualidade
 - 2.1- Inteligência Artificial e Digitalização: tarefas e instrumentos de realização de novas funções públicas.
 - 2.2- O combate às alterações climáticas como nova face da política pública ambiental
 - 2..3- Das “energias fósseis” às “renováveis”: um desafio para as políticas públicas de hoje
 - 2.4- O Covid-19 e as novas ameaças à Saúde pública
 - 2..5- Defesa e Ciber-Segurança: “Novas-velhas” tarefas públicas

Capítulo 3 – Administração Pública, função administrativa e Direito Administrativo

- 1-Administração Pública em sentido material, formal e orgânica
- 2- Conceções monistas e dualistas: Processo ou Procedimento?
- 3- Velhas e novas noções de Direito Administrativo
- 3.1-Critério dos poderes de autoridade e critério estatutário
- 3.2- Critério do interesse público
- 3.3- Critério funcionalista
- 3.4- Em especial, o problema da “reserva de administração”

PARTE II – OS SUJEITOS DAS RELAÇÕES JURÍDICAS ADMINISTRATIVAS

Capítulo 1 - “Todos diferentes, todos iguais”: Os particulares como sujeitos das relações jurídicas administrativas

- 1- De “súbdito” a “sujeito”: o reconhecimento de direitos subjetivos dos particulares perante a Administração
- 2- Os direitos subjetivos de acordo com a teoria da “norma de proteção”. Crítica das conceções negacionistas e dualistas em matéria de posições subjetivas dos particulares
- 3- Os direitos fundamentais e o alargamento dos direitos subjetivos no quadro das relações multilaterais
- 4- Direitos subjetivos e relações jurídicas administrativas

Capítulo 2 – As Administrações Públicas como Sujeitos de Direito. Caracterização da Administração Pública Portuguesa

- 1-Organização administrativa portuguesa. As modalidades de Administração Pública
- 2 – Administração estadual direta
- 3- Administração Pública indireta
- 3.1- Institutos públicos
- 3.2- Empresas públicas
- 3.2.3- Fundações
- 4- Administração Pública autónoma
- 4.1- Considerações gerais sobre autarquias locais: descentralização, poder e local
- 4.2- Municípios e seus órgãos
- 4.2.1- Presidente da Câmara
- 4.2.2 - Câmara Municipal
- 4.2.3- Assembleia Municipal
- 4.3- Freguesias Administrativas
- 4.4- As (inexistentes) Regiões Administrativas
- 4.5- Ordens Profissionais
- 4.5.1 - Em especial, as Universidades

- 5- Administração Pública sob forma privada
- 6- Administração Pública independente

Capítulo 3 – As características específicas dos sujeitos administrativos públicos

- 3.1-Pessoas coletivas, órgãos e serviços administrativos
- 3.2- Os sujeitos públicos no Direito Administrativo
- 3.3– Do dogma clássico da “impermeabilidade” do Estado ao reconhecimento de relações jurídicas no seio da Administração Pública
- 3.4- Relações administrativas interorgânicas e inter-subjetivas
 - 3.4.1- A relação hierárquica
 - 3.4.3 - A relação de delegação de poderes
 - 3.4.4- A relação de superintendência
 - 3.4.4- A relação de tutela

INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

- DIOGO FREITAS DO AMARAL**, «Curso de Direito Administrativo», volume I, 4ª edição (Reimp.), Almedina, Coimbra, 2018.
- MÁRIO AROSO DE ALMEIDA**, «Teoria Geral do Direito Administrativo», 6ª edição (Reimp.), Almedina, Coimbra, 2020.
- JOSÉ CARLOS VIEIRA DE ANDRADE**, «Lições de Direito Administrativo», 5ª ed., Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2018.
- COLAÇO ANTUNES**, «A Ciência Jurídica Administrativa», Almedina, Coimbra, 2017.
- JOÃO CAUPERS/ VERA EIRÓ**, «Introdução ao Direito Administrativo», 12ª edição, Âncora, Lisboa, 2016.
- MARIA JOÃO ESTORNINHO**, «A Fuga para o Direito Privado» (2ª. reimp.), Almedina, Coimbra, 2009.
- PEDRO COSTA GONÇALVES**, «Manual de Direito Administrativo», vol. I, Almedina, Coimbra, 2019.
- PAULO OTERO**, «Manual de Direito Administrativo», vol. I, Almedina, Coimbra, 2015.
- «Direito do Procedimento Administrativo», vol. I, Almedina, Coimbra, 2016.
- SÉRVULO CORREIA / F. PAES MARQUES**, «Noções de Direito Administrativo», vol. I, 2ª ed., 2021.
- VASCO PEREIRA DA SILVA**, «Direito Constitucional e Administrativo sem Fronteiras», Almedina, Coimbra, 2019.
- «Em Busca do Ato Administrativo Perdido», Almedina, Coimbra, 1996.
- VASCO PEREIRA DA SILVA / INGO WOLFGANG SARLET**, «Direito Público Sem Fronteiras» (“e-book”), ICJP, Lisboa, 2011, <http://www.icjp.pt/publicacoes>
- SABINO CASSESE / VEITH MEHDE / CAROL HARLOW / PASCALE GONOD / VASCO PEREIRA DA SILVA / STEFFANO BATTINI / GERDY JURGENS /**

DAVID DUARTE, «Functions and Purposes of the Administrative Procedure: New Problems and New Solutions» (“e-book”), ICJP, Lisboa, 2011, <http://www.icjp.pt/publicacoes>

MARCELO REBELO DE SOUSA / ANDRÉ SALGADO DE MATOS, «Direito Administrativo Geral», D. Quixote, Lisboa - tomo I, «Introdução e Princípios Fundamentais», 3.^a edição, Dom Quixote, 2008, tomo III - «Actividade Administrativa», 2.^a edição, 2009, tomo III – «Contratos Públicos», 2.^a edição, 2009, tomo III – «Responsabilidade Civil Administrativa», 1.^a edição, 2008.